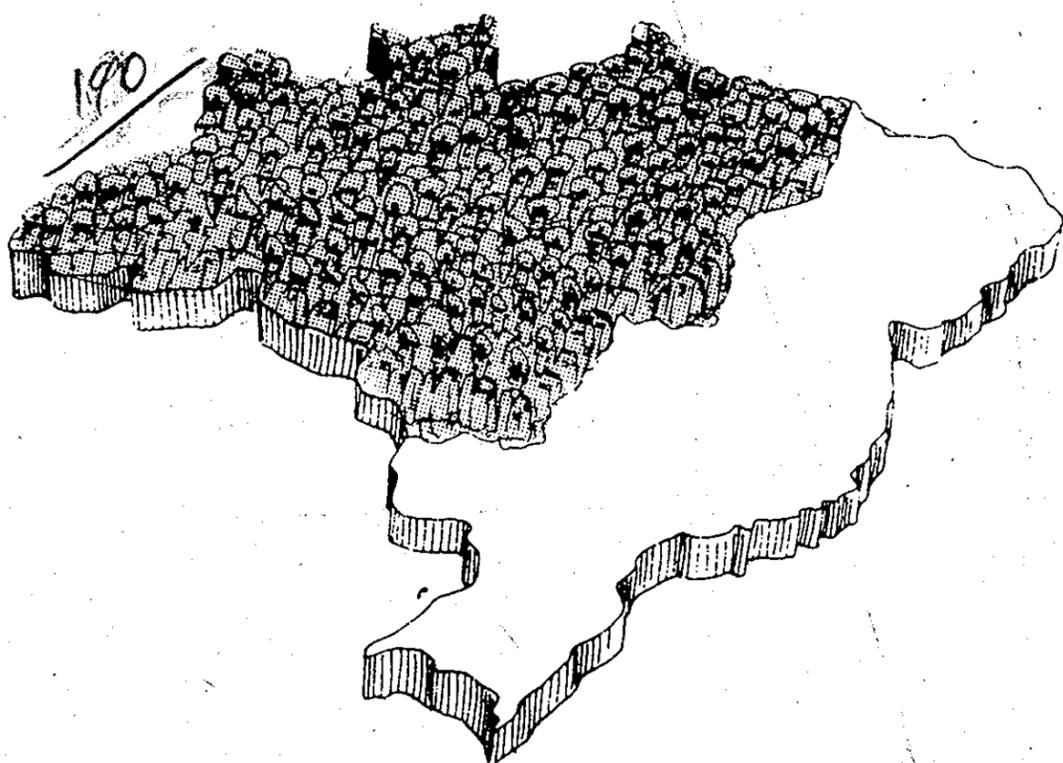


Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal da Manhã Class.: AM-militares  
 Data: 27.07.89 Pg.: 40

**DO INTERIOR DO INTERIOR**



MILITARIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

**Proffao: mais um programa a serviço do grande capital**

A militarização da Amazônia é um fato cada vez mais patente e o Programa de Desenvolvimento da Fronteira da Amazônia Ocidental (Proffao) é um dos mais recentes instrumentos criados para implementar este processo.

A exemplo do que ocorreu com o Projeto Calha Norte, o Proffao foi concebido e será coordenado pelos militares da extinta Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, que foi substituída inconstitucionalmente pela Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden). É um projeto que visa a criação de infra-estrutura na região ocidental da Amazônia, além do fortalecimento da já existente, para garantir a entrada do grande capital, num processo de "desenvolvimento" filtrado pela Doutrina de Segurança Nacional e inserido na antiga estratégia geopolítica da Pan-Amazônia.

Abrangendo uma faixa de 150 quilômetros de largura ao longo da fronteira com o Peru e a Bolívia, o Proffao atinge o sul da Amazonas, Acre, Rondônia e Mato Grosso. Essa faixa estende-se desde o município de Benjamin Constant, no Amazonas, até o município de Cáceres, no Mato Grosso.

Até o momento, não há nenhuma informação disponível sobre o quanto já se gastou e o orçamento previsto para a implantação do Programa. Em depoimento a Comissão do Desenvolvimento Urbano, Interior e Índios da Câmara dos Deputados, a 26 de abril último, o secretário-geral da Saden, general-de-divisão Rubens Bayma Dennys, afirmou que no dia 3 daquele mês havia encaminhado à Secretaria de Planejamento da presidência da República (Seplan) solicitação de recursos para este ano. Não especificou, entretanto, o valor requerido.

No final de abril, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) que participa de elaboração do Proffao se reuniu para preparar o orçamento do Programa para os anos de 1990, 1991 e 1992. De acordo com Bayma Dennys, o orçamento será encaminhado à Seplan "de modo a ser incluído nos futuros projetos das leis de diretrizes orçamentárias".

**DESENVOLVIMENTO MILITARIZADO**

A justificativa do Proffao é o desenvolvimento e a integração dos municípios e Estados da região ocidental da Amazônia ao restante do País. Para se chegar a isso, conforme a Exposição de Motivos nº 002 formulada pela já extinta secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional, mas só publicada na íntegra no dia 10 de março deste ano, no Diário Oficial da União, prevê-se para a região a ampliação da malha viária, a aceleração da produção de energia hidrelétrica, a racionalização das atividades extrativistas, a interconexão da malha viária com a de países vizinhos e "a regularização de questões fundiárias, indígenas e garimpeiras", com "assistência às respectivas comunidades". A Exposição de Motivos fala do envolvimento no Programa de 15 ministérios, sob a coordenação do órgão de segurança.

Em relação aos povos indígenas que habitam a região, o que preocupa é o que a Saden entende por "regularização de questões indígenas". No Projeto Calha Norte, que prevê algo semelhante, a preocupação com os índios vem se concretizando na instalação de unidades militares em suas terras e na demarcação de um número considerável de áreas como colônias indígenas, parques e florestas nacionais, num flagrante desrespeito ao que determina a Constituição.

Na própria área de abrangência do Proffao, há um precedente indicando que para os povos indígenas na região o tratamento não será outro. No dia 15 de setembro do ano passado, por determinação da Saden, fixaram-se os limites de 19 áreas indígenas no sul do Amazonas e Acre, inclusive como colônias indígenas. As áreas, além de localizadas na

região do Proffao, são abrangidos pelo Programa de Proteção ao Meio Ambiente e Comunidades Indígenas (PMACI).

Apesar disso, e diferentemente do que ocorreu com o Calha Norte, o Proffao deve ser ainda submetido à apreciação do Congresso Nacional, por determinação expressa da Constituição. Haverá, pelo menor, a oportunidade de se questionar o seu caráter militarista.

**A ESTRATÉGIA DA PAN-AMAZÔNIA**

O Proffao, como o Calha Norte e outros programas de desenvolvimento para a Região Amazônica, não é apenas um projeto a mais dos militares. Antes inserem-se todos na estratégia denominada Pan-Amazônica, elaborada por oficiais do Exército já há alguns anos. O tema foi desenvolvido pelo general Meira Mattos no livro "Uma Geopolítica Pan-Amazônica", publicado em 1980 pela Biblioteca do Exército Editora.

De acordo com essa política, a Amazônia, incluída a área abrangida por outros países, é uma "hinterlândia sul-americana, isolada e pobre". Essa enorme região, pertencente a "nove países fraternos e vizinhos, que nunca souberam dar-se as mãos", merece uma estratégia de desenvolvimento que a aprecie como "uma unidade geográfica e planeje planos de desenvolvimento sub-regional e multinacional". O resultado seria a criação de novas áreas econômicas articuladas entre si, vertebrando por dentro do continente sul-americano, somando-lhes novas riquezas, novo poder, aumentando-lhe a importância no cenário mundial". Seria, enfim a "intercontinentalização da hinterlândia sul-americana".

Para se chegar a isso, as estradas e os povoados teriam papel fundamental, pois retirariam essas "paragens interiores do isolamento e do abandono". Essas medidas, afirma o general Meira Mattos, com iniciativas semelhantes por parte dos países vizinhos, permitiriam o estabelecimento de três "áreas interiores de intercâmbio fronteiriço", que, articuladas entre si, começariam "a vertebração dessa massa central sul-americana". A primeira seria formada pelo sistema fluvial do alto Rio Branco, a segunda pelo Solimões e a terceira pela Madeira-Purus.

O sistema rio Negro-Branco articularia uma área de intercâmbio fronteiriço, tendo como pólo central Boa Vista, capital de Roraima. Essa cidade se ligaria com Manaus por via terrestre, o que já ocorreu, e com Lethen, na Guianá, e Santa Helena, localidade venezuelana.

O segundo pólo internacional seria, a área fronteiriça do rio Solimões, onde se localizam Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia, no lado brasileiro, Leticia na Colômbia e Ramón Castilla, no Peru.

A terceira "área interior do intercâmbio fronteiriço" seria formada em torno de Porto Velho, e envolveria Guajará-Mirim e Rio Branco, no lado brasileiro, e Riberalta e Cobijá, na Bolívia. Cada um desses pólos se irradiaria por sua vez, para outras regiões dos distintos países.

Foi exatamente sobre a criação desses pólos, através da implantação de sistemas de transportes terrestres, que o general Bayma Dennys falou com tanta insistência durante o seu depoimento na Comissão de Desenvolvimento Urbano, Interior e Índios da Câmara dos Deputados. E é nessa perspectiva que devem ser entendidos projetos como o Proffao e o Calha Norte.

Como outros programas já implantados na região, o Proffao será mais um passo na militarização da Amazônia e da questão indígena, além de propiciar não o desenvolvimento, mas favorecer interesses que não são os das nações indígenas nem os das populações não-indígenas que lá habitam.